



Ata nº 010/2025

Aos vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco (25/08/2025) às oito horas reuniu-se, de forma presencial, o Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú – CONSEME na Casa dos Conselhos, para reunião ordinária. Estiveram presentes os conselheiros titulares Leandro Arthur Rodrigues da Silva, Maria Ester Menegasso, Sarah Moura Machado Severino, David Robert Berto Lima, Ivana Cristina Lima Cordeiro, Aldeneide Merenciano da Silva, Nestor Fernandes da Silva, Suelen Mateus Albini da Silva, Valéria Paz Arend Rosa, Mary Léa Rodrigues Blini, Andreick da Silva, Ariovaldo Sérgio Azzolin, Marcos Antonio da Silva, Cristiane Amorim, Laureci Silveira de Souza Schneider, Regina da Silva Mendes, Jéssica Lisyane Becker, Dayane Regina Masselai, Simone Hermes dos Santos Almeida. Justificaram a falta Gilmara de Moraes Heusser, Wilson Vieira Filho, Daniel Lima de Oliveira. Não justificaram Estudantes Secundaristas, Escolas Particulares a suplente Aline Luzia Tonezer Pereira, Ensino Superior, Secretaria de Estado. A presidente Dayane Regina Masselai iniciou a sessão dando boas vindas. Em seguida foram apresentadas as justificativas de faltas. Foi feita a leitura da Ata nº 09 a qual foi aprovada pelos conselheiros(as) presentes. Dando sequência a pauta a Secretária de Educação, Maria Ester Menegasso, passa a fazer uso da palavra falando sobre as rádios que, com frequência, pedem entrevistas e que a maioria ela não aceita e uma das entrevistas ela foi questionada se na falta de professores, os alunos iam embora, respondeu que não e que os supervisores, orientadores e outros profissionais da educação iam para as salas de aula, isso ocorreu porque houve uma reclamação de um pai e que não foi comentado que os professores do apoio pedagógico eram usados nessas situações conforme comentários. Pergunta por que é usada a nomenclatura “aluguel de vagas” e não “compra”, diz que o município compra a vaga e não aluga, que em todas as documentações aparece como compra de vagas. Com referência ao ensino de tempo integral são questionamentos muito grandes, principalmente em relação ao Ensino Fundamental. Lembra que todas as salas de aula estão cheias e o que se deve levar em consideração que a cada turma que se torna em tempo integral, as vagas são reduzidas pela metade, que enquanto não tivermos novas construções, será necessário continuar comprando vagas. Essas construções de novas escolas estão sendo pensadas, porém demoram para ficar prontas. Com relação aos recursos, conforme o Censo, foi feito um esforço muito grande no preenchimento adequado das informações, mas que conseguiram entregar. No entanto, não tem como saber se vão perder a verba ou não. Espera que o Censo deste ano seja muito mais preciso para essa arrecadação de recursos. Quanto à questão das bibliotecas escolares, pede que a pessoa, Drª Maria Zanela, na qual fez a pesquisa procure a SEDUC porque desconhece essas informações. A presidente sugere fazer uma reunião entre SEDUC, CONSEME e Drª Maria Zanela. Com referência ao aluguel/compras de vagas informa que infelizmente, nos últimos sessenta dias a demanda vem aumentando e se faz necessária a compra de mais vagas. Relata que a maioria das vagas são para Berçário I e II e que para o Ensino Fundamental não estão comprando vagas, visto que as vagas compradas são apenas para os alunos que eram do CIEP. Seguindo a pauta, a presidente fala da



solicitação de avaliação da Proposta Curricular e foi solicitado a palavra para Diretora de Divisão de Desenvolvimento Educacional Cleonice Welmuth Monteiro Berejuk para apresentar as ideias e lembra que o parecer dessa proposta ficou sob responsabilidade das conselheiras Sarah e Valéria que tentaram fazer uma análise e surgiram vários pontos a serem aprimorados. Diante disso, é passada a palavra pra senhora Cleonice. Diz que a ideia é aprimorar para as necessidades da nossa realidade e estarmos bem alinhados com a BNCC, lembrando que esse documento é normativo. Destaca que não está sendo desprezada a Proposta existente, mas sabe que é necessário fazer alguns ajustes. Cita vários pontos que precisam ser ajustados, principalmente na Educação Infantil. Sabemos que as provas de larga escala precisam ser consideradas e que elas servem para mostrar as habilidades alcançadas pelos alunos e se nossa Proposta não está alinhada com a BNCC e se essas habilidades não estão explícitas aos professores, se torna difícil para que eles trabalhem com elas e esse é um dos pontos. No Ensino Fundamental, lembra, que nas formações foram trabalhadas essas habilidades e ficou claro para os palestrantes a dificuldade dos professores e falta formação para a Rede. Gostaria que essas formações já estivessem alinhadas com a nova Proposta Curricular. A computação e a cultura digital é uma competência que não está contemplada em nossa proposta e também precisa ser organizada. Em relação a equidade étnico racial, diz que já tem um plano construído devido a pactuação que o município fez com o Governo Federal e será trazido para conhecimento do Conselho. Tem também o projeto de Educação fiscal e financeira que deve ser trabalhado nas escolas e precisa estar dentro da Proposta. Analisando a matriz curricular do Ensino Fundamental, também observa a necessidade de ser atualizada, é uma discussão para outro momento, e que é nos Anos Iniciais que muitos conteúdos não estão sendo contemplados e que deveria ser visto em conjunto com a Proposta. Lembra que essas atualizações interferem no recebimento de verbas do VAAR. A ideia é formar um grande grupo de trabalho formado por profissionais da rede, professores, especialistas, membros deste Conselho, equipe da SEDUC e do Fórum Municipal de Educação, pensa que essa atualização poderia ser feita ao longo de 2026, os profissionais já serem chamados em novembro deste ano para alinharem as atividades. A consultoria seria exclusivamente para no final analisar, ajudar a tentar enxugar, visto que atualmente tem mais de 800 páginas, extensa e densa, e para aplicabilidade poderia ser mais conciso. Outra sugestão é que enquanto a Proposta esteja sendo revisada, usar a Proposta Curricular do Estado, exclusivamente porque já está pronta e de fácil acesso. Por fim, em relação aos recursos (VAAR), o questionário já está respondido e diz que conseguiram avançar nas respostas onde antes não tinham como, por exemplo, a gestão democrática. Com a revisão da Proposta já é mais um ponto a ser melhorado nesse questionário. E também temos o resultado do SAEB e que a SEDUC está dando todo o apoio aos supervisores para conseguirmos melhorar o resultado. A senhora Maria Ester diz que tiveram boas e más notícias do SAEB. A boa é que 20 alunos gabaritaram e a má é que, em média, 50% não conseguiram atingir a média necessária e com isso temos um esforço muito grande. As conselheiras Valéria e Suelen que são as pareceristas dessa Proposta esclarecem que diante do que contemplaram, surgiram alguns questionamentos a serem analisados pela SEDUC para que o parecer tenha todas as respostas sanadas. A

conselheira Suelen faz a leitura do Parecer. Segue na íntegra: **PARECER Nº 0014/2025.ASSUNTO:** Revisão Proposta Curricular. **INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú. **RELATORAS:** Suelen Albini e Valéria Arend Rosa. **I - RELATÓRIO** .O presente parecer tem como objetivo analisar e emitir recomendação quanto à solicitação de aprovação da justificativa técnica para revisão da Proposta Curricular Municipal e adoção provisória do Currículo Base do Território Catarinense, com incorporação do Plano Municipal de Equidade Educacional, Computação e Educação Fiscal à luz da BNCC. A justificativa encaminhada a este Conselho apresenta como motivações para a revisão da Proposta Curricular do Município de Balneário Camboriú o **alinhamento integral à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, a **incorporação do Plano Municipal de Equidade Educacional** e a **inclusão dos eixos de Tecnologia, Inovação e Computação e a Educação Fiscal e Financeira**, instituídos pela Lei Municipal nº 5.020, de 23 de abril de 2025, que estabelece o Programa Municipal de Educação Fiscal e Financeira (PEFBC) no currículo escolar da Rede Municipal. O documento requer ainda a adoção imediata do Currículo Base do Território Catarinense como instrumento orientador da prática pedagógica, por estar integralmente alinhado à BNCC e às diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), enquanto da revisão da atual Proposta Curricular de Balneário Camboriú, publicada em 2021. **II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO.** A proposta Curricular de Balneário Camboriú, elaborada de forma coletiva, em um trabalho de sistematização em grupos de estudo realizados em 2018 e 2019, trouxe à Rede Municipal de Educação de Balneário Camboriú uma documentação que superou a orientações curriculares, porque passou a apontar ao sujeito de aprendizagem em seu pleno desenvolvimento, como um sujeito integral em suas diversas dimensões a serem desenvolvidas e em todo seu processo de desenvolvimento, ainda que com um foco maior em sua trajetória escolar, como bebê (0 a 1 ano e 6 meses), criança bem pequena (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), criança pequena (4 anos a 5 anos e 11 meses) e estudante (ensino fundamental/EJA). Adotar uma proposta curricular significou adotar uma teoria para orientar nosso pensar e agir na educação escolar, nossa rede adota a teoria histórico cultural como fundamento do trabalho docente, uma teoria científica contemporânea que nos permite compreender como acontece o desenvolvimento humano, e como se formam as capacidades humanas. Uma teoria psicológica confirmada por estudos e pesquisas em diferentes ciências que possibilita uma teoria pedagógica que, ao ser implantada, torna o trabalho docente muito mais humanizador para bebês, crianças e estudantes e,

também, para os próprios profissionais. Um documento feito em rede e para a rede, que de tempos em tempos, precisa sim passar por uma revisão, incluindo novas demandas em cumprimento a novas diretrizes, resoluções e conteúdos atuais e necessários à implementação do currículo, procurando sempre estabelecer um diálogo entre nossas práticas e a teoria pedagógica que nos orienta, entre nossas práticas e as leituras que fazemos. “Olhar criticamente para nossas práticas é a condição para avançar naquilo que fazemos e quando percebemos atitudes e práticas que precisam ser superadas, isso não nos deve incomodar... todos os dias são produzidos novos conhecimentos sobre o processo educativo e perceber pontos em que nossas práticas podem melhorar é sinal de inteligência e de atualização de nossa parte. (MELO *in* Balneário Camboriú, 2021, prefácio).” Este olhar crítico nos possibilita refletir sobre cada um dos documentos que permeiam e trazem diretrizes ao sistema educacional, e desta forma, é necessário discutirmos os motivos que levam a pretender “o alinhamento integral à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, como indicado no Ofício 77/2025, tendo sido citada a necessidade da inserção das competências e habilidades descritas nesse documento. É necessário antes, sublinhar a forma acrítica com que a BNCC é apresentada. Não foi verificado qualquer apontamento sobre a influência das fundações empresariais no seu desenvolvimento ou tampouco avaliada a real necessidade de sua elaboração, a forma aligeirada com que foi implementada, o neotecnicismo presente na proposta, entre outros aspectos relevantes. Há que se destacar que desde o período de sua elaboração, a BNCC vem sendo alvo de muitas críticas de entidades, associações e pesquisadores, que vão contar dessa mudança de curso em que a BNCC vinha se constituindo. “Apesar de suas contradições e de não alcançar pleno êxito, houve uma tentativa durante a elaboração das duas primeiras versões em discutir com alguns segmentos da sociedade. Porém, percebe-se que o debate sobre a BNCC acabou por privilegiar alguns grupos de especialistas, em detrimento da ampla sociedade organizada, desconhecendo acúmulos importantes de conhecimentos teórico-práticos produzidos por pesquisadores, professores e entidades sobre a questão curricular, bem como sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento (Barbosa et al., 2018, p. 3).” Nesse campo de disputas, de acordo com Michetti (2020), as críticas também dizem respeito ao conteúdo – que desvela os ideários neoliberais, o que foi apontado por Barbosa (et al., 2018, p. 3-4), como demanda do mercado em detrimento de uma formação ampliada do sujeito, ferindo princípios e fundamentos das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009), como a supressão da premissa fundamental da educação infantil: a indissociabilidade entre o cuidar e educar, já demarcados em documentos anteriores, e conquistados a partir de muita luta. Sobre a educação infantil, esta etapa é apresentada no documento da seguinte forma: “Como primeira etapa da educação básica, a educação infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na

pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada (Brasil, 2017, p. 34).” Além disso, a Emenda Constitucional nº 59/2009 tornou compulsória a matrícula na educação infantil de crianças a partir dos 4 anos completos, cabendo às famílias efetuar a matrícula e aos municípios disponibilizar vagas em estabelecimentos públicos para toda a demanda nessa faixa etária. Sobre essa questão, Rosânia Campos (2017) tem a contribuir, ao mencionar que a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos de idade originou novos problemas, em especial, às famílias: “[...] dentre as estratégias utilizadas pelos municípios para se adequarem à Lei Nº 12.796/2012, está a parcialização do atendimento. Outro dado que chama atenção é que, de acordo com INEP (BRASIL, 2016a), ao observarmos mais atentamente os números de matrícula na etapa creche, a ampliação de vagas implicou na expansão da participação das instituições privadas (Campos, 2017, p. 151).” Em relação às orientações pedagógicas, as DCNEI, do Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999), revisado em 2009, tem caráter mandatório em relação às práticas realizadas em todos os estabelecimentos públicos e privados de educação infantil. O documento afirma a indissociabilidade do cuidado e da educação no atendimento a crianças pequenas, concebe um currículo para esta etapa, explicita os objetivos e, dentre outros aspectos, define, de forma clara, a identidade da educação infantil: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. § 1º É dever do Estado garantir a oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. § 2º É obrigatória a matrícula na educação infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. § 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na educação infantil. § 4º A frequência na educação infantil não é pré-requisito para a matrícula no ensino fundamental (Brasil, 2010, p. 12).” Em consonância com as DCNEI, o currículo da educação infantil, é concebido como um [...] conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2010, p. 12). Igualmente, em relação às propostas pedagógicas da educação infantil, de acordo com esse mesmo documento, deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2010, p. 12).” Considerando os aspectos acima tratados, em relação ao conceito de criança e ao currículo e as

propostas pedagógicas da educação infantil, se traçarmos um comparativo entre as DCNEI e a BNCC, nitidamente nota-se uma ausência no alinhamento de discursos. “ ao passo que as DCNEIS, logo em seus textos introdutórios, mencionam aspectos do desenvolvimento integral desses sujeitos da educação infantil, a BNCC, mesmo que tratando como “campos de experiências” suas organizações de aprendizagens, retoma os “objetivos de aprendizagem” de forma sequencial, de forma contraditória a essas perspectivas (Santaiana; Camargo; Gonçalves, 2021, p. 1194). “Desta forma, orienta-se a discussão sobre os elementos aqui trazidos, levando-se em conta a possibilidade de manter as escolhas feitas na implementação da BNCC, com um percentual dos elementos que dizem realmente respeito às nossas escolhas enquanto conceitos, nomenclaturas e referenciais que conversem com a nossa Rede, e com as nossas práticas. Das “limitações” apresentadas no Ofício e relacionadas à BNCC, foram trazidas para serem incluídas na revisão da Proposta Curricular de Balneário Camboriú, as **10 competências gerais da BNCC**. As críticas à BNCC em relação a competências e habilidades incluem o risco de uma educação excessivamente focada no mercado de trabalho, o que pode esvaziar o conteúdo e a reflexão crítica, substituindo-os por uma abordagem utilitarista e individualista. Além disso, há preocupações de que o documento não aborde adequadamente as diversidades regionais e culturais do Brasil, e que a ênfase em competências possa se dar em detrimento do desenvolvimento de uma formação mais humanista e emancipatória. Já no que diz respeito à inclusão dos **Códigos oficiais de habilidades da BNCC** (ex: EF15LP01), precisa-se refletir no quanto estes podem tornar a escolha dos objetivos mecanizada e automática, sem a reflexão do teor, o conteúdo do mesmo. Ao precisar descrever o objetivo, o professor, ao trazê-lo ao planejamento, precisará reler, escrever de forma completa e tal ação pode tornar o planejamento mais reflexivo, intencional. A segunda motivação elencada no Ofício nº77/2025 foi a **incorporação do Plano Municipal de Equidade Educacional**. Segundo a Unesco (2019), a equidade educacional pressupõe a preocupação com a justiça ou com processos justos, de modo que a educação de todas(os) as(os) crianças e estudantes seja considerada como de igual importância. De acordo com o Ministério de Educação, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem por objetivo “implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola”. Um movimento importante de equiparidade no que diz respeito aos referenciais que são apresentados às crianças/estudantes nas literaturas apresentadas, lidas e / ou possibilitadas ao empréstimo; nas perspectivas da historicidade de nossa nação, nosso território

(também em níveis estadual e municipal), trazidas a partir de uma perspectiva exclusivamente branca e europeia, em uma narrativa eurocêntrica e incompleta da realidade brasileira, entre tantas outras justificativas que nos fazem perceber a importância da incorporação desta Política pública que precisa ser também efetivada em nosso município, sabendo que também temos um povo quilombola em nosso território e que pode e deve ser conhecido e reconhecido em seu caráter histórico de resiliência, além do caráter cultural e artístico também produzidos por este povo, que compõe o nosso povo balneocamboriuense. Porém, cabe ressaltar a importância da forma como será construído este **“Plano Municipal de Equidade Educacional”**, para que a sua elaboração seja participativa, contando com a comunidade escolar, gestores e representantes da sociedade civil, para identificar as necessidades locais, definindo metas claras, com indicadores e ações específicas para alcançar os objetivos de equidade no município de Balneário Camboriú. Sobre a **inclusão dos eixos de Tecnologia, Inovação e Computação e a Educação Fiscal e Financeira**, instituída pela Lei Municipal nº 5.020, de 23 de abril de 2025, que estabelece o Programa Municipal de Educação Fiscal e Financeira (PEFBC) no currículo escolar da Rede Municipal, é unânime o reconhecimento da importância destes eixos serem incorporados ao Currículo e gerarem conhecimentos específicos aos nossos estudantes que poderão trazer princípios alinhados à vida prática, objetivo sempre posto como um desafio a cada conhecimento propagado na instituição escolar, mas cabe trazer que para a implementação das diretrizes da Lei nº 5.020/2025 sobre Educação Fiscal e Financeira exige articulação contínua entre Secretarias e formação docente efetiva, reforçando a necessidade de um calendário realista que não comprometa a qualidade dessa inserção curricular. Cabe ainda discutir a suspensão do uso da atual Proposta Curricular (Balneário Camboriú, 2021), com a **adoção provisória do Currículo Base do Território Catarinense**, enquanto durar sua revisão. Este Conselho reconhece a relevância desta ferramenta que norteia e fundamenta as práticas pedagógicas dos professores e garante a qualidade do sistema de ensino no território catarinense, ao mesmo tempo em que reconhece o instrumento elaborado em nosso território municipal, por profissionais da rede e que nos representa enquanto produtores da educação, aqueles que produzem e entregam o serviço de educação, formando cidadãos e trabalhadores para a nossa sociedade, portanto um documento legítimo, que pode e deve ser reconhecido como tal, e que ao suspender, traz-se a impressão de que não nos serve, que está em desacordo com a legislação estadual e/ou nacional, o que não é fato. Sugere-se então, utilizar o Currículo Base do Território Catarinense como um dos

instrumentos para a Revisão, mas que a Proposta Curricular de 2021 siga orientando as práticas pedagógicas dos profissionais de nosso município até que a Proposta revista seja apresentada. **III - CONCLUSÃO E VOTO DOS RELATORES.** Ante o exposto, e com base nos argumentos apresentados, os relatores concluem pela aprovação da Revisão da Proposta Curricular de Balneário Camboriú, condicionando o cumprimento da mesma à apresentação de resposta ao Ofício que solicitou informações relativas à elaboração da revisão até a próxima sessão, assim como da análise de cada ponto discutido neste parecer, incluindo a continuidade do uso da Proposta Curricular de 2021 como orientadora das práticas pedagógicas dos profissionais de Balneário Camboriú até sua revisão. **IV - DECISÃO DO PLENÁRIO.** O Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú, em reunião ordinária realizada no dia 25 de agosto de 2025, **deliberou pela aprovação.**

A presidente sugere que, após a SEDUC receber esse documento e nos dar uma devolutiva, seja feita uma reunião extraordinária. Dando sequência, o item 1.4 da pauta referente a apresentação do mapa quantitativo de vagas, a presidente diz que foi observado um aumento no número de vagas e que a planilha está disponível para os conselheiros. No item 1.5 referente a mudança no calendário de reuniões, conforme foi solicitado na reunião anterior, que tivessem reuniões nas segundas-feiras também, a presidente apresenta o novo calendário e é aceito pelos presentes. No item 1.6 é referente ao quadro de conselheiros. No caso, nas Especialistas da Educação, estamos somente com a conselheira Laureci e a cadeira de suplente está ociosa, desta forma, será encaminhado a solicitação ao Sindicato dos Servidores para que encaminhe novo nome. Além disso, é informada a troca da titular do Poder Executivo, onde a conselheira Cleonice pela senhora secretária de educação Maria Ester Massaneiro. Em seguida, é apresentado o conselheiro Andreick, que está representando os Estudantes da Educação Básica. No item 1.7 referente ao cronograma de visitas nas escolas de educação infantil, foi informado que por solicitação da escola Stellartis, será feita uma visita para vistoria. Os documentos necessários a escola já nos encaminhou e depois da visita técnica será elaborado o parecer. Além disso, é necessário fazermos visitas em todas as escolas de Educação Infantil para verificar o quadro de professores e suas formações, documentos estes, que foram solicitados para que encaminhe ao Conselho. Chegou ao conhecimento deste conselho que teriam escolas de Educação Infantil que estavam com professores não habilitados para trabalharem com os alunos. A presidente explica que profissionais com Magistério podem lecionar, porém quem ainda está cursando Pedagogia e não tem Magistério, só pode ocupar o cargo de auxiliar. Diante disso, foi solicitado a todas as unidades que encaminhem o quadro profissional atualizado. A presidente solicita a disponibilidade de conselheiros para estarem indo fazer essas visitas. A sugestão da presidente é estar indo nas quintas-feiras com agendamento do carro da SEDUC para locomoção. A sugestão é que todos tenham essa experiência. A secretária Monique fica responsável em organizar o cronograma dessas visitas. No item 1.8 referente a termos um contato exclusivo do CONSEME e CAE, é explicado pela

secretária Monique os motivos dessa necessidade. Ficou acordado ser encaminhado 1Doc para Secretaria de Articulação com essa solicitação. Passando para os memorandos enviados: Mem. 46.962/2025 Questionamento sobre aluguel de vagas, dentro do prazo de resposta. Mem. 47.015/2025 Publicação Atas e Pareceres, já publicados. Mem. 47.071/2025 Solicitação de Informações e Providências Relativas às Bibliotecas Escolares, dentro do prazo de resposta. Mem. 47.076 Circular 03/2025 Parecer do FUNDEB foi encaminhado para todas as unidades escolares solicitando que repassem para comunidade escolar. Ofício 3.316 Proposta de Alteração da Lei Municipal nº 4.525/2021 para ser acrescentada a cadeira do Conselho Escolar, foi encaminhado para Secretaria de Articulação. Mem. 50.017 Solicitando informações sobre o calendário de reuniões e atividades da Comissão Técnica Permanente em relação ao acompanhamento dos Planos de Gestão Escolar, essa CTP foi inclusive publicado e o CONSEME tem representação (Conselheira Dayane é titular e Jéssica é suplente), dentro do prazo de resposta. Mem. 53.471 para NEI Cristo Luz solicitando PGE da Srª Ilona Siemann, devido ter sido nomeada recentemente, estamos aguardando esse encaminhamento. Mem. 52.570/2025 Solicitação de atualização do Novo Decreto incluindo os novos conselheiros, no qual já foi atendida. O conselheiro Marcos pede uso da palavra informando que fez o encaminhamento para presidente indicando que não podemos ter como conselheira do Poder Executivo, secretários, como no caso a senhora Maria Ester Menegasso, secretária de educação, devido Artigo 05 do Decreto nº 12.292/2025 de 06 de maio de 2025. A presidente relata que não respondeu a esse questionamento porque está buscando informações junto a Procuradoria, mas que não tem nada específico a esse questionamento. O conselheiro Leandro solicita que todos os documentos que precisam ser encaminhados para Decretos, devem ser encaminhados primeiramente à procuradoria garantindo assim mais respaldo. Mem. 30.198/2025 Solicitação de materiais para divulgação, a presidente relata que no primeiro “Agito nos Bairros” não tínhamos materiais, diante disso foi feita a solicitação, os responsáveis estão em contato conosco para dar continuidade na produção desses materiais. Passado para os documentos recebidos: Mem 46.157/2025 Lei Municipal nº 5.071/2025, de autoria da Chefe do Poder Executivo, a presidente faz um resumo de todos os questionamentos feitos relacionados ao conselheiro dos estudantes Anísio, o que culminou com a elaboração da referida Lei. Vale ressaltar que todos os questionamentos foram resolvidos. Protocolo 70.223/2025 Ofício nº 106/SISEMBC/2025, informa que estarão fazendo assembléia para encaminhar e acrescenta a seguinte frase: *as quais se encontram irregulares e foram indevidamente ocupadas sem a devida comunicação ou anuência desta entidade.* A presidente lê a resposta apresentada que segue na íntegra: *Em resposta ao Ofício nº 106/SISEMBC/2025, datado de 29 de julho de 2025, o Conselho Municipal de Educação – CONSEME vem, por meio deste, manifestar o recebimento de sua comunicação e reafirmar o compromisso com a legalidade, a transparência e a representação legítima de todos os segmentos envolvidos na educação municipal. Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 4.525, de 09 de abril de 2021, que reestrutura o CONSEME, a composição deste Conselho prevê a participação de representantes dos professores da educação básica pública e dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas. Adicionalmente, o Art. 10, inciso III, da referida Lei é claro ao dispor que a indicação desses conselheiros se dará "pelas entidades sindicais da respectiva*



categoria". Gostaríamos de informar que o preenchimento das vagas referentes à representação, objeto de vosso ofício, foi realizado em estrita conformidade com o processo eleitoral que foi conduzido por essa respeitável entidade sindical, com formulário de participação publicado em 23 de novembro de 2022 e o resultado divulgado nos dias 6 e 7 de dezembro do mesmo ano. Nesse sentido, causa-nos estranheza a informação contida em vosso Ofício nº 106/SISEMBC/2025 de que as referidas vagas se encontram irregulares e foram indevidamente ocupadas sem a devida comunicação ou anuência do SISEMBC, uma vez que a atual composição das cadeiras em questão reflete a escolha e a indicação efetivadas pelo próprio Sindicato, em observância ao disposto na legislação vigente. O CONSEME reitera seu reconhecimento à importância da atuação do Sindicato dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú como legítimo representante de sua categoria e reafirma sua disposição em zelar pelo respeito institucional e pela representação democrática no âmbito do Conselho Municipal de Educação, em estrito cumprimento das normativas legais. GERA V - Grupo Entrelaçado a Rede de Atendimento às Violências): solicita que seja indicado um conselheiro titular e um suplente que ficará como representante titular a conselheira Laureci Silveira de Souza Schneider e suplente a conselheira Ivana Cristina Lima Cordeiro. Mem 52.948/2025 solicita um Parecer sobre Projeto Formação Continuada ficando como pareceristas as conselheiras Regina e Ivana. Mem 53.122/2025 Parecer sobre Proposta Curricular ficaram como pareceristas as conselheiras Suélen e Valéria. E-mail São Judas Tadeu comunica encerramento do Tempo Integral, a pedido da conselheira Valéria, foi retirado da pauta. Ofício nº 48/2025/SEGE P resposta ao MP referente aos professores readaptados é informado que foi feita a resposta do que cabia a este conselho responder. Passando para o próximo item da pauta, a necessidade de rever conselheiros dos estudantes com GERED. A presidente explica que quem escolhe os estudantes secundaristas é a União dos Estudantes Secundaristas que deveriam indicar os representantes, porém está inativa, pede sugestões de como podemos proceder. A conselheira Maria Ester sugere que seja agendada uma Assembléia com representantes de cada escola do Ensino Médio. Encerrados os documentos recebidos, foi passado para palavra aberta. A conselheira Maria Ester pede desculpas por ter encaminhado seu nome como conselheira no lugar da senhora Cleonice. Relata que a demanda de reuniões que precisam participar é muito grande e há a necessidade de se organizarem para que possam atender as demandas e que não lembrou desse impeditivo, mas que vão rever a indicação. Passada a palavra para a conselheira Valéria, solicita que seja revista a demora na contratação de professores. Lembra que é muito falado sobre as avaliações como SAEB, CAED e outras e essa ausência de profissionais nas escolas, acarreta prejuízo na aprendizagem. Já na Educação Infantil há a necessidade de vínculo entre o aluno/professor, sabe que há necessidade de tempo, porém está muito demorado, cita um exemplo que uma turma está sem um profissional desde que iniciou o segundo trimestre e sempre está entrando alguém diferente para suprir essa necessidade. O conselheiro David concorda com essa realidade, fala que a realidade é que muda o ideal e não o contrário, relembra que desde maio vem pedindo a contratação de um segundo professor de Apoio, como já citado em Atas anteriores e que foi solicitado que a gestão encaminhasse essa justificativa da necessidade e prontamente encaminharam, mas até o momento, não obtiveram retorno. Diz que o que muda o aluno é ele receber apoio para sanar as dificuldades e assim



melhorar as provas do Governo. Questiona o porque que a SEDUC não tem autonomia para fazer essas contratações. Pede carinhosamente que tenham um olhar especial nessa situação. A ideia é fazer uma força tarefa para, dentro do possível, evitar grande número de reprovação e assim cair drasticamente o IDEB da escola CAIC. Dando continuidade à palavra aberta, a conselheira Laureci lembra que na Educação Infantil, existem duas etapas, de zero a três e de quatro e cinco anos e este já obrigatório e há de se ter um olhar especial. Diz que a demanda de creche é muito maior, o que tira a atenção da etapa quatro e cinco anos. Sugere que haja formação para professores e diretores. É necessário que eles vão para o Ensino Fundamental com uma base bem estruturada. Em seguida, a conselheira Regina faz uso da palavra. Como representante da Educação Especial, fala que a demanda de crianças especiais vem aumentando, principalmente na Educação Infantil, vem solicitando que se tenham salas de recursos especializados também na E.I., cita que quando a criança é estimulada cedo já se consiga melhorar ou superar algumas dificuldades, chegando no E.F. mais preparada. Lembra que as salas de recursos do E.F. são diferentes da E.I. A realidade tem sido muito difícil. Entende que alunos que são fora da rede de ensino do município podem e devem ser atendidos, bem o contrário do que se anda falando. Aldeneide reforça a fala da Regina. Regina conclui reforçando essa necessidade. Em seguida, o conselheiro Marcos manifestou preocupação em relação à falta de estimativa da SEDUC quanto ao impacto das verbas federais, ressaltando que é possível calcular os valores de complementação do VAAR a partir do acompanhamento dos repasses do FUNDEB. Questionou também o uso do termo "compra de vagas", defendendo que se trata de "aluguel de vagas", visto que estas nunca se tornam patrimônio do município, nem se caracterizam como voucher, já que não há escolha livre dos pais. Em relação ao aumento de vagas, destacou que a construção de novas unidades, como o Núcleo Ariribá e o CIEP, representa apenas reposição de estruturas já existentes e não ampliação real, considerando o crescimento populacional do município. Apontou ainda que as vagas alugadas tendem a se manter e até aumentar a longo prazo. Marcos ressaltou a necessidade de condições adequadas para atender os mais de 1.100 alunos da educação especial, inclusive com adaptações nas provas do SAED, e criticou a falta de medidas que possibilitem avanço nos índices do IDEB. Solicitou que a nova proposta curricular seja planejada de forma democrática, com participação efetiva e capacitação dos professores, evitando erros do passado. Registrou ainda preocupação com o sistema de cálculo para aprovação escolar, em que a exigência de atingir 8 pontos nos dois trimestres pode gerar reprovações automáticas. Por fim, questionou se a prioridade deveria ser o SAEB ou o CAED, diante das reclamações dos professores sobre o excesso de burocracia no lançamento de notas, que acaba comprometendo o planejamento pedagógico. Sugere que o administrativo realize esse preenchimento. A conselheira Suelen manifestou concordância de que não se trata de compra, mas sim de aluguel de vagas. Demonstrou preocupação com a logística, especialmente em relação ao desmembramento das turmas integrais dos NEIs municipais para meio período, medida que não atende às necessidades das famílias, gerando vagas ociosas e criando novos problemas. Destacou que algumas turmas que poderiam ter em média 20 crianças estão com apenas 8, defendendo que somente após o preenchimento integral dessas vagas deve-se avaliar a real necessidade de novos aluguéis. Questionou também a viabilidade do projeto de escola em tempo



integral no ensino fundamental, visto que na educação infantil já não há condições adequadas de atendimento. Por fim, reforçou a fala da conselheira Regina sobre a importância das salas de recursos na educação infantil. A conselheira também destacou os problemas recorrentes relacionados à entrega dos uniformes escolares, citando dificuldades quanto ao tamanho, à quantidade e aos casos de alunos que ficaram sem receber. Ressaltou que essa situação gera desorganização e transtornos para as famílias e para as unidades escolares. Como sugestão, defendeu a elaboração de uma listagem prévia das necessidades, de forma organizada, para evitar falhas no processo e garantir que todos os estudantes recebam corretamente seus uniformes. O conselheiro Leandro comenta sobre ações que estão sendo feitas para a construção de novas unidades escolares e lembra que entendemos que não tem como ser imediata. Que juntamente com a SEDUC estão fazendo força tarefa em busca de estratégias também para as escolas que temos, visto que a maioria está sucateada, além de necessitando de mais vagas. A conselheira Ivana retomou o tema das salas de recursos especiais na educação infantil, relatando que em sua unidade algumas crianças não recebem atendimento, evidenciando a urgência da implantação desse serviço já nesta etapa de ensino. A conselheira Simone retomou o tema da prova do SAEB, ressaltando a necessidade de provas adaptadas para alunos especiais e que estes não sejam retirados de sala durante a aplicação. Destacou ainda que muitos alunos especiais ocupam vagas alugadas e ficam sem atendimento, lembrando que a verba federal para salas de recursos é destinada às escolas públicas, mas também pode contemplar estudantes de escolas particulares. Sugeriu que uma professora de AEE integre a comissão das vagas alugadas, garantindo atendimento e vínculo com a rede pública. Enfatizou a necessidade de estratégias para atender o máximo de alunos especiais, facilitando o acesso dos pais ao atendimento em contraturno. Outra situação que precisa deixar de acontecer é o remanejamento de professores de AEE pela SEDUC, alegando que não tem demanda, o que não é essa a realidade. A conselheira Mary Lea reforçou a urgência na melhoria do atendimento às crianças com laudos, apoiando a implementação das salas de recursos. Criticou mudanças no departamento sem ouvir os profissionais especializados, destacando a insegurança gerada pelo remanejamento de equipes, e solicitou maior suporte ao setor. Seguem vários outros relatos em torno da mesma situação. Portanto, fica claro a necessidade urgente de reorganização em todas as demandas do AEE. O conselheiro Andreick relatou que os alunos do 9º ano da EBM Dona Lili, assim como de outras escolas, manifestaram-se contrários à realização da formatura no Centro de Eventos. Foi apresentado abaixo-assinado em que os estudantes solicitam que cada escola organize sua própria cerimônia, justificando vínculos construídos ao longo dos anos, desejo de autonomia na organização e preocupações com a logística e inclusão, especialmente para alunos com TEA, que teriam dificuldades em se deslocar ou participar da formatura no Centro de Eventos. A secretária de educação Maria Ester registra essa manifestação. O conselheiro David pediu atenção especial quanto à necessidade de um segundo professor de apoio pedagógico, destacando que desde 2018 a escola sempre contou com dois profissionais, mas atualmente dispõe apenas de um devido à aposentadoria de uma professora. Ressaltou que a solicitação trata apenas de reposição e que já foi encaminhada justificativa fundamentada à SEDUC conforme solicitado, porém, até o momento não obtiveram resposta. Pediu, de forma carinhosa, que



a solicitação seja atendida, considerando que a escola atende uma clientela com necessidades e dificuldades que demandam esse apoio. A conselheira Jéssica retomou a pauta dos alunos especiais, destacando que hoje não há estrutura adequada e que as constantes mudanças no departamento comprometem o suporte necessário. Ressaltou que as salas de AEE nos núcleos de educação infantil foram fechadas e lamentou que a educação especial seja vista sem prioridade. Relatou episódio na SEDUC, onde ouviu que há alunos especiais que “não deveriam estar dentro da escola”, considerando tal fala muito grave. Disse ainda que, ao buscar apoio no departamento, não se sentiu acolhida e saiu sem qualquer solução. Sobre a formatura dos nonos anos, declarou concordar com o conselheiro Andreick. A conselheira Valéria reforça sobre os temas debatidos a respeito da educação especial. Diz que estão iniciando a semana da inclusão e que alguns professores de AEE estão cancelando os atendimentos e ressalta que isso não pode acontecer. Entende que isso causa exclusão das crianças e não inclusão. Não sabe se está acontecendo em todas as unidades e diz que isso não deveria acontecer. Sua segunda colocação é em defesa do conselheiro Marcos que foi na audiência pública sobre o aluguel de vagas representando o CONSEME conforme deliberado em reunião anterior e o conselheiro Leandro do Poder Executivo chamou atenção dizendo que ele expôs fatos de cunho pessoal e que ela, assim como outros conselheiros, não concorda de forma alguma com essa colocação. O conselheiro Ariovaldo ressalta que todos estão engajados pela educação. Destaca os relatos de dificuldades e problemas, reconhece o esforço da nova administração e reforça a necessidade de maior união e alinhamento entre todos os envolvidos. Observa que a prefeita não tinha pleno conhecimento das situações, mas está buscando se inteirar e acompanhar os processos, e deseja sucesso na continuidade do trabalho. A conselheira Laureci pede uso da palavra novamente e cita uma situação em que um aluno especial foi discriminado pela professora, e que ela foi chamada para ser testemunha, ressaltando que estão acontecendo conflitos muito sérios. Diz que a professora precisaria ter mais formação. Laureci relata que desde o início já se via a situação e foi sendo deixada até que isso aconteceu. Dayane diz que não concorda que a professora não entendia o que estava fazendo, isso é conduta. Leandro diz que quando a professora passa do limite não é formação, é conduta. Leandro relata diversas ações que a Prefeitura vem realizando em parceria com a SEDUC e reconhece a urgência das salas de recursos do AEE. Ressalta que, apesar dos desafios, os trabalhos estão avançando diante da grande demanda existente. O conselheiro também manifesta que se sentiu desrespeitado na audiência pública em razão da fala do conselheiro Marcos. A Secretária de Educação faz uso da palavra, reconhecendo a necessidade de melhorias na Educação Especial e comenta os desafios enfrentados. Destaca que estão trabalhando bastante, embora ainda não tenham conseguido atender todas as demandas, que estão todas devidamente registradas. Em relação à formatura dos nonos anos, explica que pensaram em atividades específicas e direcionadas, com caráter motivacional para os alunos. Reconhece os pontos levantados pelo conselheiro Andreick e informa que irão retomar conversas com os diretores. Ressalta que considerou a reunião muito produtiva. Leandro explana vários desafios e ações que a prefeitura tem, reforçando que estão batalhando e que acredita que no próximo ano será muito melhor. Sugere que seja convidado o secretário do RH Ary para informar todas as ações. A presidenta



encerrou a sessão. Eu, secretária executiva, Monique Mello, lavrei a ata que será assinada por mim e demais presentes.